



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I - SEDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANA PAULA BENTO ALBINO**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA NO  
MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB: DESAFIOS E CONQUISTAS**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2024**

ANA PAULA BENTO ALBINO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA NO  
MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB: DESAFIOS E CONQUISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

**CAMPINA GRANDE-PB  
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A336p Albino, Ana Paula Bento.

O processo de inclusão escolar de estudantes com TEA no município de Pocinhos, PB: desafios e conquistas. [manuscrito] / Ana Paula Bento Albino. - 2024.  
26 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação - CEDUC".

1. Educação inclusiva. 2. Práticas pedagógicas. 3. Atendimento Educacional Especializado. 4. Autismo. I. Título

21. ed. CDD 371.9

ANA PAULA BENTO ALBINO

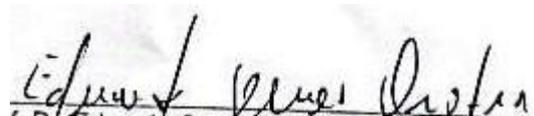
O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA NO  
MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB: DESAFIOS E CONQUISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a Coordenação do Curso de  
Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
graduada em Pedagogia.

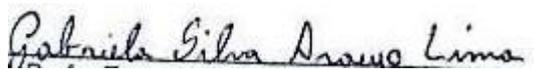
Área de concentração: Educação  
Inclusiva.

Aprovada em: 18/11/2024.

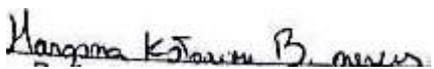
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)



Profa. Esp. Gabriela Silva Araújo Lima



Profa. Morgana Katarine Benevides Neves

A minha mãe por todo apoio nesse percurso, e por acreditar que tudo seria possível, DEDICO.

"O próprio Senhor irá à sua frente e estará com você; ele nunca o deixará, nunca o abandonará. Não tenha medo! Não se desanime!" - Deuteronômio 31:8

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de pais e amigos dos excepcionais.
CADEME	Campanha Nacional e Reabilitação de Deficientes Mentais.
CAA	Comunicação Alternativa Ampliada.
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial.
CESB	Educação de Surdos Brasileiro.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
NEPP	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PDI	Perturbação do Desenvolvimento do Intelecto.
TA	Tecnologia Assistiva.
TEA	Transtorno de Espectro Autismo.
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>09</b>
<b>2.1</b>	<b>As pessoas com Transtorno de Espectro Autismo .....</b>	<b>09</b>
<b>2.2</b>	<b>Aspectos históricos e as Diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva: Aspectos Legais em foco.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Tipo de pesquisa.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Instrumento de pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>3.3</b>	<b>Participante de pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>3.4</b>	<b>Análise de dados.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1</b>	<b>Formação Profissional.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2</b>	<b>Desafios encontrados na inclusão do estudante com TEA.....</b>	<b>19</b>
<b>4.3</b>	<b>Atividades pedagógicas e cenário de pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>4.4</b>	<b>Estratégias usadas no AEE.....</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>
	<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....</b>	<b>25</b>

## O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB: DESAFIOS E CONQUISTAS

Ana Paula Bento Albino<sup>1</sup>

### RESUMO

Promover a inclusão de estudantes com Transtorno de espectro autista (TEA) ainda é um desafio na atualidade. Apesar da presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais, ainda é uma grande problemática compreender as necessidades desses educandos, partindo do ambiente educacional ao escolar. Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é investigar práticas inclusivas que favorecem a inclusão de estudantes com TEA em escola municipal no município de Pocinhos-PB. A pesquisa em questão, é de natureza básica com abordagem qualitativa e descritiva, como instrumentos metodológicos utilizamos a entrevista semiestruturada. Com isso, foi realizada uma entrevista com uma professora da sala do AEE atuante em escola municipal do município de Pocinhos-PB. Por meio disso, a análise de dados foi inspirada e elaborada na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2009). No decorrer da pesquisa foi extraído dados acerca das práticas inclusivas adotadas que favoreçam e contribua para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes com TEA e suas principais dificuldades para promoção da inclusão dos mesmos. Dessa formação realizando uma coleta de argumentos que colaborem com os debates acerca da educação inclusiva e especial para estudantes com TEA no município de Pocinhos-PB.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; práticas pedagógicas; atendimento educacional especializado; autismo.

### ABSTRACT

Promoting the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) is still a challenge today. Despite the presence of Specialized Educational Assistance (AEE) in municipal schools, it is still a major problem to understand the needs of these students, starting from the educational environment to the school environment. From this perspective, the objective of this work is to investigate inclusive practices that favor the inclusion of students with ASD in a municipal school in the municipality of Pocinhos-PB. The research in question is of a basic nature with a qualitative and descriptive approach, as methodological instruments we used the semi-structured interview. With this, an interview was conducted with a teacher from the AEE classroom working in a municipal school in the municipality of Pocinhos-PB. Through this, the data analysis was inspired and elaborated on the content analysis of Laurence Bardin (2009). During the research, data were extracted about the adopted inclusive practices that favor and contribute to the teaching-learning process of students with ASD and their main difficulties in promoting their inclusion. From this training, we collected arguments that contribute to debates about inclusive and special education for students with ASD in the city of Pocinhos-PB.

**Keywords:** inclusive education; pedagogical practices; specialized educational services; autism.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Licenciatura em Pedagogia- UEPB. E-mail: ana.albino@aluno.uepb.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

É notório o aumento significativo de crianças com Transtorno de Espectro Autismo - TEA nos dias atuais. De modo que afeta diretamente o contexto escolar, em que as escolas possuem como dever incluir tais pessoas, e proporcionar uma educação adequada e de qualidade. O número de estudantes com a referida deficiência matriculados nas escolas regulares no Brasil vem aumentando. Segundo Brasil (2024) as matrículas de alunos na Educação Especial totalizam mais de 1,7 milhões, sendo a maior concentração no Ensino Fundamental com 62,90% (1.114.30) das matrículas. Por conseguinte, a Educação Infantil com 16% (284.847). Em relação aos estudantes com TEA consiste em 35,9% (636.202), um número bastante significativo que tende a crescer cada vez mais.

Nessa perspectiva é um grande desafio para as escolas públicas regulares o processo de inclusão destes estudantes. Como também, é importante enfatizar as questões sociais e econômicas que englobam os mencionados estudantes, em que grande parte não possuem uma boa condição social, influenciando em seu contexto sócio econômico e familiar. Assim, é de fundamental importância que os professores sejam devidamente formados para atuar na educação especial na perspectiva inclusiva, de maneira que verdadeiramente promovam a inclusão de estudantes com deficiência (sensorial, física, intelectual), TEA e Altas Habilidades. Esses estudantes são identificados como o público alvo da educação especial.

Apesar dos grandes avanços, as pessoas com deficiência, e especialmente as pessoas com TEA ainda enfrentam grandes barreiras para que ocorra a verdadeira inclusão. Segundo Brasil (2015). Entende-se por barreiras qualquer elemento que possa dificultar ou impedir a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade em condições de igualdade. Essas barreiras podem ser como preconceitos e estigmas; como também a falta de acessibilidade física em escolas e espaços públicos; e a ausência de recursos adequados para facilitar a comunicação. Por fim as pedagógicas quando o sistema educacional não se adapta às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A falta de formação adequada dos profissionais da educação, a escassez de materiais adaptados e a resistência social são algumas das principais dificuldades que continuam a dificultar a implementação plena das diretrizes dessa lei. Esses fatores mostram que, embora existam leis que asseguram o direito à inclusão, a prática ainda enfrenta desafios significativos em diversas esferas.

Os estudantes com TEA enfrentam diariamente grandes desafios para serem incluídos socialmente, principalmente aqueles que possuem dificuldades relacionados à socialização interação social. Desse modo, as escolas influenciam diretamente na vida dessas pessoas, em que se devem adotar diretrizes educacionais que incluam esses educandos.

Diante do exposto, a questão norteadora do presente trabalho consiste em responder a seguinte questão: Quais as diretrizes educacionais que o município de Pocinhos-PB adota para incluir os estudantes com TEA, nas escolas públicas municipais no ensino fundamental I?

De acordo com a questão norteadora e das problemáticas apresentadas, esse estudo tem como objetivo principal investigar a política de educação especial na perspectiva inclusiva com estudantes com TEA matriculados no ensino fundamental em escolas públicas no município de Pocinhos-PB.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As pessoas com Transtorno de Espectro Autismo: Conceitos e Comorbidades em foco.

É notório que se possui um extenso percurso para compreender e para se obter o diagnóstico atual das pessoas com TEA ou quaisquer outra deficiência que englobe o intelecto e o cognitivo. De acordo com Evancio e Fernandes (2019) os primeiros estudos que investigam o autismo surgem em 1943, quando o médico psiquiatra Léo Kanner publicou o artigo “Artística Disturbances of Affective Contact “(Distúrbio Autista do contato afetivo). Este artigo consistiu em uma descrição de 11 casos de crianças com autismo infantil, dentre eles como primeiro caso abordado está o caso de Donald Tripleta, identificado como Donald. Ocorrendo um estudo de 4 anos, investigando o quadro clínico. Sendo um marco na história impulsionando os primeiros estudos sobre autismo. Os primeiros sinais apresentados por Donald T ocorreram após os seus dois anos de idade, de modo que seus pais observaram que pô e ocorria uma regressão no seu desenvolvimento, como a falta de interesse em pessoas e objetos que estavam ao seu redor.

Além disso, manifestando agressividade quando se tinha sua rotina alterada, e ocorrendo também a falta de questões afetivas. Sendo notório que nesse período pessoas com deficiência ou transtorno psicológico eram tratadas como “loucas”, sendo internadas e separadas da convivência social. Em que eram mantidas em locais isolados, que permaneciam por muito tempo sem contato com seus familiares. De modo que era notório da falta de informações dessa época sobre as condições psicológicas e mentais dessas pessoas por meio dos estudos de Léo Kanner, que ao estudar o caso de Donald T abriu espaço para que novos estudos, voltados ao autismo vendessem surgir. Sendo assim Kanner passou a observar novos casos, em que ele observou mais 10 crianças, passando a ser 11 casos observados. Surgindo uma definição de autismo infantil.

O denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida conexões ordinárias com as pessoas e as situações. O país diz que eles querem ser autônomos, que se recolhem, que estão contentes quando são deixados sozinhos, que agem como se as pessoas que os rodeiam não estivessem, que dão a impressão de sabedoria silenciosa. As histórias Clínicas indicam que há, invariavelmente, desde o começo, uma extrema inclinação à solidão autista, afastando tudo o que do entorno tenta se aproximar deles. (Kanner 1996 p. 720, apud. Mas, 2018, p. 17)

Dessa forma, surgindo a primeira definição sobre um autismo infantil a partir do que foi observado por Kanner, ele permaneceu a observar essas crianças e novos fatores foram surgindo. Sendo notório que muitos caminhos faltavam serem traçados para compreender a pessoa com autismo. Atualmente o Transtorno de Espectro Autismo (TEA) é definido como uma condição caracterizada por um déficit na comunicação social, englobando a comunicação verbal e não verbal. Como também a questão comportamental se identificando em alguns interesses específicos e movimentos repetitivos, havendo uma variação em subtipos desse transtorno. De modo que a definição desse transtorno desde o seu surgimento vem sofrendo alterações, de acordo com os avanços das pesquisas nessa área. Segundo Corrêa (2018, p. 10):

Anteriormente o autismo estava classificado no CID 10 (Código Internacional de Doenças) como TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento). Contudo, a partir de 18 de junho de 2018 a OMS (Organização Mundial de Saúde) apresentou uma nova versão para o CID 11 e essa classificação modificou o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, que passou a ser apenas relacionados a prejuízos de linguagem funcional e deficiência mental. O CID (Código Internacional de Doenças) é a base para identificar tendências e estatísticas de saúde em todo o mundo e contém cerca de cinquenta e cinco mil códigos únicos para lesões, doenças e causas de morte. O documento fornece uma linguagem comum que permite aos profissionais de saúde compartilhar informações de saúde em nível global.

Nessa perspectiva o CID fornece a identificação as características relacionadas as doenças, em que permite o compartilhamento de informações de saúde por todo o mundo. Com relação os TEA sofreram essa alteração em 2018 modificando o diagnóstico de TEA.

Anteriormente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) era classificado em diferentes graus de autismo, conforme o CID-10 da Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa classificação incluía termos como autismo atípico, síndrome de Rett, síndrome de Asperger, transtorno de integrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento não especificado. Contudo, essas terminologias não são mais utilizadas. Atualmente, o TEA é dividido em níveis. De acordo com o DMS-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) o TEA pode ser dividido em diferentes níveis. Sendo estes: Nível 1 (leve), Nível 2 (moderado) e Nível 3 (Severo). define-se o nível 1 como:

Pessoas autônomas em seu dia a dia e que muitas vezes podem nem perceber que possuem a condição, suavizando os sinais de forma involuntária. Os autistas de nível 1 de suporte, costumam ser mais adeptos à rotina e ter um pensamento fechado. Resistem a iniciar interações sociais, a trocar olhares e são focados em si mesmos. (Faria; Bosa, 2024, p. 102)

Nessa perspectiva o Nível 1 é caracterizado por dificuldades na interação social e na comunicação. Pessoas nesse nível podem exibir comportamentos repetitivos e interesses restritos em determinados assuntos. No entanto, essas dificuldades não chegam a limitar significativamente a interação social. Por conseguinte, no Nível 2 define-se como:

Neste grau, o transtorno é mais claro, a pessoa precisa de apoio no dia a dia, como comer, trocar de roupas ou tomar banho, e de terapias. Normalmente o diagnóstico acontece na infância em função do atraso de fala ou falhas na comunicação e das dificuldades de socialização. Os comportamentos restritos e repetitivos aparecem com maior frequência. Caso tenham o apoio necessário, poder ter certa independência e funcionamento regular da vida. (Faria; Bosa, 2024, p. 103)

Nesse nível, todas as dificuldades observadas no nível 1 estão presentes, mas de forma mais acentuada, exigindo um maior nível de suporte. Apesar dessas dificuldades apresentadas, as pessoas portadoras desse nível podem obter certa independência sendo importante que as mesmas, possuam esse apoio para conseguirem conviver socialmente. Por fim, o Nível 3:

Nessa condição mais grave, os portadores de TEA precisam de apoio constante. Alguns indivíduos podem ser não verbais, tendem a se isolar e se fixar muito fortemente a seus objetos de interesse. Em momentos de estresse podem apresentar agressividade contra a si ou aos outros. Mesmo com acompanhamento terapêutico, têm pouca autonomia e podem, inclusive, chegar a ser considerados juridicamente incapazes. (Faria; Bosa, 2024, p. 104)

As pessoas diagnosticadas com esse nível apresentam todas as dificuldades dos níveis anteriores, mas com maior intensidade. Elas possuem uma deficiência maior nas questões de comunicação verbal e não verbal, têm dificuldades de se expressar e de se adaptar a novas rotinas. Além disso, apresentam comportamentos mais desafiadores, o que as torna mais dependentes do apoio de outras pessoas, sendo comum que essa ajuda venha frequentemente da figura materna. Entretanto, o que as diferencia é que essas pessoas enfrentam grandes dificuldades em se adaptar a mudanças de rotina.

Segundo Brasil (2012) a Lei Nº 12.764 é instituída como Política Nacional de Proteção dos direitos das crianças com Transtorno de Espectro Autista, em que por meio disso é uma garantia de direitos e benefícios legais para as pessoas com TEA. Um marco importante para que essas pessoas possam usufruir de direitos, principalmente garantia que sejam assegurados se terão acesso a terapias, medicamentos e o diagnóstico, que é algo primordial para essas pessoas. Tendo em vista o ambiente escolar, que esses estudantes sejam respeitados e assegurados de suas necessidades, como por meio do diagnóstico possam garantir que terão os cuidados necessários, em que grande parte das escolas municipais, os estudantes com TEA são acompanhados por um cuidador do qual auxilia em sua rotina em sala de aula e atividades. Sendo notório que as pessoas com TEA enfrentam diversas comorbidades associadas, em que além das dificuldades enfrentadas no intelecto e social, enfrentam outras barreiras.

Segundo Ribeiro (2015) et al os primeiros fatores apresentados pelo TEA, inicia-se entre 1 e 2 anos de idade, ocorrendo o atraso da linguagem, como também a dificuldade de manter contato visual, a ausência de interação e o ato de parecer distante quando chamado pelo o nome, são as primeiras dificuldades apresentadas e observadas para o início da construção da identificação do TEA. Desse modo são diversas as comorbidades associadas, o que dificulta ainda mais no processo de desenvolvimento. Com isso, a Perturbação do Desenvolvimento do Intelecto (PDI) que afeta diretamente o intelecto podendo-se associar as problemáticas já apresentada pelo o TEA, tendo em vista que afeta a comunicação social e a interação. Associando também as questões de desenvolvimento e fala, podendo afetar na construção de frases, realizando a fala de apenas algumas palavras soltas, em crianças, mas que tende a se desenvolver se forem devidamente estimuladas.

As comorbidades psiquiátricas são extremamente frequentes em indivíduos com PEA, este tipo de comorbidade muitas vezes complica ainda mais tanto o diagnóstico como as estratégias de intervenção, pois por vezes é extremamente complicado perceber se existe co-diagnóstico entre PEA e Perturbações psiquiátricas ou apenas se trata da perturbação da própria PEA. (Ribeiro, 2015, p.14)

As comorbidades relacionadas a questões psiquiátricas afetam e intensificam os sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA), tornando o manejo ainda mais desafiador. Por exemplo, muitas pessoas com TEA podem desenvolver ansiedade devido à sobrecarga emocional, ou já possuem ansiedade como uma condição

associada. Outra questão frequente é a agressividade, que pode surgir como uma resposta à frustração por não conseguirem expressar o que sentem ou serem compreendidas pelos outros. Essas dificuldades comportamentais evidenciam a importância de um suporte especializado para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

A esquizofrenia é caracterizada pela presença de psicose, alucinações, delírios, discurso e comportamentos desorganizados, afeto embotado e disfunção social. Sua relação com o TEA possui além de bases genéticas, também históricas, visto que o termo autismo foi originado como parte dos sintomas psicóticos vistos na esquizofrenia, e só passou a ser entidade distinta após os postulados de Leo Kanner em 1934. (Rosane, 2021, p. 51)

A Esquizofrenia pode-se apresentar como uma comorbidade bastante preocupante, tendo em vista que o TEA já apresenta situações que dificulta na convivência social. E associados aos sintomas de esquizofrenia torna ainda mais difícil para a compreensão de pessoas que ainda não possuem a consciência do que o TEA significa, sendo assim ao observar esses comportamentos essas pessoas associam a distúrbios mentais, regredindo a forma de pensar nas pessoas com TEA. Além disso antes se era denominado o autismo como uma esquizofrenia infantil, essa relação entre ambos só foi dividida após os estudos de Kanner.

No filme *Tempel Grandin* (2010) na direção de Mick Jacina e Roteiro de Christopher aborda a história verdadeira dessa jovem autista, que vivenciou em uma época da qual não se tinha muitos conhecimentos e compreensão voltados ao autismo. Em 1951 o filme aborda Tempel criança, sua mãe a leva a um médico que a diagnóstica com esquizofrenia infantil relacionada a falta de ligação com a mãe, a falta de carinho e afeto. Sendo notório que o autismo nessa época vivenciada por Tempel não se era verdadeiramente compreendido. Além disso, o médico afirma que ela nunca irá falar, mas sua mãe não desistiu de buscar a evolução de Tempel, ensinando as palavras por identificação de imagens e ela cresceu, e demonstrou ter altas habilidades. Ao ir para fazenda de sua tia, Tempel demonstrou um grande interesse por gado observando como eles tratavam esses animais, ela passou a compreender o que eles sentiam. Com o apoio de sua mãe, ela foi para a universidade da qual enfrentou muitas barreiras, principalmente relacionadas a socialização, mas ela persistiu em seus interesses enfrentando o preconceito das pessoas e suas limitações. Tornando-se doutora, revolucionando os métodos de manejo de gado, como novas técnicas contribuindo para a indústria pecuária americana.

Em suma, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentaram inúmeras barreiras ao longo do tempo, lidando desde o início com uma sociedade preconceituosa e com as dificuldades próprias de sua condição. Dessa forma, em muitos casos, em vez de serem compreendidas e apoiadas, foram vistas como pessoas com distúrbios mentais, julgadas pela forma distinta de enxergar o mundo. Embora avanços importantes tenham sido feitos, ainda hoje essas pessoas enfrentam preconceitos em diversos contextos, como no ambiente familiar, na sociedade e na educação. Apesar de se falar muito sobre inclusão, essa inclusão social ainda não se concretizou de fato. Há um longo caminho a ser percorrido para que essas pessoas sejam realmente integradas e tratadas com igualdade valorizando-se suas especificidades e fornecendo o suporte necessário para que possam superar barreiras e conquistar seu espaço na sociedade.

## 2.2 Aspectos históricos e as Diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva: Aspectos Legais em foco.

É notório a grande trajetória histórica enfrentada para obter uma educação para pessoas especiais, enfrentando grandes barreiras para se alcançar os dias atuais. Kremer (2020, p. 3) Inicialmente no período colonial (1500-1822) ocorre uma lacuna de registros sobre as condições de vida das pessoas com deficiência, retratando que nos primeiros séculos no Brasil, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade. De maneira que as famílias que possuíam melhores condições socioeconômicas colocavam seus filhos confinados, em espaços específicos de suas casas. Além disso, possuíam instituições de reclusão, que eram chamadas as casas de Misericórdia, ou propriamente pressões que mantinham essas pessoas isoladas da convivência social.

Um dos primeiros movimentos constituiu atividades no hospício Dom Pedro II em 1852, sendo esta instituição vinculada a casa da Misericórdia. Em 1854 ocorre o primeiro marco na educação de pessoas deficientes, em foi criado o Imperial Instituto de Meninos Cegos, por meio do decreto de D. Pedro II. Por conseguinte, em 1857 é fundado o Imperial Instituto dos Surdos-mudos no Rio de Janeiro, desenvolvendo-se importantes atividades para essas pessoas, bem como pesquisas e práticas fundamentais voltadas para essas pessoas.

No período da segunda república no Brasil, com alguns avanços históricos, sendo um período de grande importância para a educação. Em que no ano de 1931, ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde, e das secretarias de educação dos Estados, de modo que a educação é visualizada como uma oportunidade para as pessoas analfabetas, como forma de diminuição da ignorância da população brasileira. Com relação a Educação Especial, em 1950 foram criadas campanhas pelo o Governo Federal, segundo Kremer:

A Campanha para a Educação de Surdos Brasileiro (CESB), instituída pelo o Decreto Federal n° 42.728, de 3 de dezembro de 1957, pode ser considerada como um primeiro movimento político na promoção do atendimento educacional às pessoas com deficiência. No seu Art. 2º, fica estabelecido que a finalidade da Campanha é “promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o território nacional” (Brasil, 1957)

Nessa perspectiva, essa Campanha foi de fundamental importância para “abrir portas” buscando promover assistência e medidas necessárias para essas pessoas, sendo considerada como um primeiro movimento político para que novas conquistas fossem alcançadas. De maneira que surgiram novas campanhas para as outras deficiências existentes. Com isso, de acordo com Kremer:

Quase um ano após a primeira campanha, o Decreto Federal no 44.236, de 1º de agosto de 1958, institui uma segunda, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão. Já em setembro de 1960, uma terceira campanha foi oficializada, sob influência da Sociedade Pestalozzi e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ambas do Rio de Janeiro. O Decreto no 48.961, de 22 de setembro de 1960, institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), com a finalidade de “promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo.” (Brasil, 1960, Art. 3º).

Desse modo surge essas novas campanhas sob grande influência da sociedade, por meio disso no ano seguinte em 1961, é publicada a primeira lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em todos os níveis (Kraemer,2020, P. 9). Essa lei buscou garantir igualdade para o tratamento dos estabelecimentos públicos de ensino. Na perspectiva da educação especial Kremer discorre que, em 1971 ocorre a promulgação da lei n 5.692 em que houve uma alteração na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirmando que os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrículas e os superdotados deverão receber tratamento especial. Com isso, consistem em promover o direito à educação para essas pessoas e respeitando suas limitações e comorbidades, mas buscando garantir a Educação igual para todos.

Em 1960 ocorre uma oficialização da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). Segundo Brasil (1960, Art. 3º, P. 9) se constitui como promover em todo o território nacional, a educação, treinamento reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outras deficientes mentais de qualquer idade ou sexo. Compreende-se que os conceitos utilizados para se referir às crianças portadoras de deficiências, utilizando-se de termos preconceituosos, sendo notório que a falta de conhecimento e compreensão voltados a educação inclusiva ainda se era recorrente. Posteriormente no ano de 1961, ocorre a promulgação e publicação da primeira lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em todos os níveis.

A lei nº 4.024/61, que teve sua vigência a partir de 1º de janeiro de 1962, garantiu igualdade de tratamento para os estabelecimentos públicos de ensino. Importante lembrar que esta lei tramitou durante 13 anos no congresso, com isso, pouco articulada ao contexto que o país vivenciava. (Kremer, P. 9)

Sendo notório que apesar da promulgação dessa lei, que buscou garantir uma igualdade de tratamento para os estabelecimentos públicos de ensino não se obteve grande visibilidade, tendo em vista o contexto histórico foi algo que permaneceu por muito tempo no congresso. O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) foi um marco que orientou espaços para a Educação Especial, compreendendo o processo preparatório para inserir pessoas com deficiência no espaço da escola comum. Desse modo entre 1970 e 1980 ocorre a institucionalização da Educação Especial no Brasil, ocorrendo o reconhecimento das ações dessa Educação.

A institucionalização da Educação Especial no Brasil se constrói a “passos” lentos, mas essenciais para a garantia da educação adequada. Nessa perspectiva os conhecimentos mais precisos sobre a escolarização dessas crianças no país são possíveis pelos esforços de pesquisadores que passam a se dedicar sobre esse tema a partir do século XX. (Kassar, Rebelo, 2018, p. 53). De maneira que por meio desses trabalhos possibilita obter conhecimento sobre o acesso à Educação no Brasil.

Na década de 1980, há a continuidade de ampliação da rede de ensino para comprimem- to de sua universalização (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas [NEPP], 1988). Esse movimento fortalece-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece um conjunto de direitos sociais de acesso universal, e, na década de 1990, com os compromissos assumidos pelo país na Conferência de Gontier em 1990 e com a assinatura da Declaração de Nova Delhi de 1993.

Com os avanços que ocorreu e a construção desses documentos, em 1997 tendo como base a Política Nacional de Educação Especial, como também a declaração de Salamanca definindo as escolas comuns como: Constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (ONU, 1994, p. 01, apud Kremer, p. 20). Nessa perspectiva a escola comum se constrói a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência, pois permite a socialização e convivência com os demais educandos. Em que as pessoas com deficiência estarão inseridas e não ocorrendo uma separação do meio social, sendo acolhidas e tratadas igualmente, com isso buscando alcançar uma educação igual é para todos.

A declaração de Salamanca afirma que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa Pedagogia centrada na criança capaz de atender a essas necessidades. (ONU, 1994, p. 5, apud Kremer, p. 20). Assim é fundamental que as escolas acreditem na capacidade das crianças com deficiência, de compreender suas próprias necessidades e sejam tratadas de forma igualitária em relação às demais.

Desse modo, a constituição de 1988 contribui para promover os direitos sociais de maneira universal. A partir dessa constituição torna-se evidente que a garantia dos direitos passa a ser efetivada de maneira mais ampla. Tendo em vista, a Educação Especial essa constituição contribui para a garantia dos direitos. Nessa perspectiva a carta constitucional de 1988 no artigo 6º afirma que em vista dessa garantia legal, também passa a ser institucionalizado que o ensino será ministrado com base em alguns princípios como igualdade de condições para acesso e permanência na escola. (Brasil, 1988, Art. 206).

A determinada Carta Constitucional garante que o ensino seja igual para todos e que por meio disso, possua permanência na escola. De maneira que os estudantes que possui alguma deficiência (sensorial, física, intelectual) TEA ou altas habilidades possa usufruir dessa educação. Portanto com a constituição dessa lei tornou-se mais efetiva a garantia dos direitos de forma plena, principalmente assegurando que essas pessoas possuem acesso à educação. Garantindo melhoria no desenvolvimento educacional.

Com os avanços que ocorrem e a construção de documentos, em 1997 tendo como base a Política Nacional de Educação Especial, como também a declaração de Salamanca definindo as escolas comuns. Constituem os meios eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (ONU, 1994, p. 01 apud Kremer p. 20). Nessa perspectiva a escola comum se constrói a verdadeira inclusão das pessoas com deficiências, é onde se permite a socialização e convivência com demais educandos. Em que as pessoas com deficiências estarão inseridas, e não ocorrendo uma separação do meio social sendo acolhidas e tratadas igualmente, com isso visando alcançar uma educação igual para todos. Entretanto tendo em vista a realidade educacional, deve-se refletir se essa inclusão realmente acontece, e que nas escolas públicas é colocado em prática.

Por conseguinte, em 2003, o mandato é assumido pelo o presidente Lula ocorrendo a implantação de um novo programa de formação de educadores, sendo definida como Educação Inclusiva: Direito a diversidade. Dessa forma, esse programa buscou alcançar a garantia de novos direitos para a Educação Especial, e visando que esses educandos permanecessem com frequência na escola.

De acordo com Kassir e Rebelo (2018, P. 58) O programa educação inclusiva: direito à diversidade é reconhecido pelo governo posterior de Dilma Rousseff como marco inicial da educação inclusiva no país. É evidente, que a implantação desse programa corrobora para que novos caminhos fossem traçados, se tornando como um marco inicial da educação inclusiva no país. Entretanto é importante salientar, que novos avanços e criações de demais questões, seriam necessárias para que verdadeiramente a educação fosse inclusiva.

Outro marco histórico que possui suma importância ocorre em 2007, com a publicação da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU). Com isso, no Brasil a promulgação dessa lei ocorre pelo decreto nº 6.949 em 2009. Esse documento visa garantir o monitoramento e o cumprimento das obrigações do Estado quanto às conquistas históricas da sociedade mundial, principalmente com o desafio vencido pelo 24,5 milhões de brasileiros e brasileiras com deficiência. (Kremer, 2020, P. 22). Neste documento é afirmando que o Estado deve cumprir suas obrigações, com ênfase nos desafios pelos quais as pessoas com deficiência no Brasil lutaram para superar.

Em 2009 é publicado pelo o Conselho Nacional de Educação (CNE), uma resolução que institui as diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Evidenciando como o público alvo os estudantes de Educação Especial. Desse modo define-se o AEE como:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio de disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (Brasil, 2009, Art. 2º)

A partir desse atendimento educacional especializado, permite que os estudantes evoluam em meio às suas limitações. Como também, torna-se evidente que os estudantes tem que usufruir uma formação com recursos acessíveis para suprir suas necessidades, e estratégias que permita que participem do meio social, e principalmente contribuindo para a sua aprendizagem. Sendo assim, o AEE consistiu em uma conquista e em um avanço bastante significativo para esse público. E permitindo que os estudantes conquistassem seu espaço na sociedade.

É importante ressaltar a importância de se pensar no perfil profissional das pessoas atuantes desse Atendimento Educacional Especializado. De modo que se deve ocorrer uma preparação para a atuação em questão e visando o público alvo que são:

Estudantes com deficiência sendo estes de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Como também estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentam alterações no desenvolvimento neuropsicomotor nas relações sociais. Alunos com comprometimento, altas habilidades, superdotação aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isolados ou combinados: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (Kraemer, p. 29)

Portanto torna-se evidente que os professores atuantes do AEE Devem possuir uma preparação profissional voltada a esse público, permitindo que os mesmos lidem com todas essas especificidades. Um grande marco importante da história da Educação Especial no Brasil, ocorre em 2015 com a criação da Lei Brasileira de

Inclusão (LBI), tornando-se uma lei de grande importância para as pessoas com deficiências. A determinada Lei de nº 13.146 aborda que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis, e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015, art., 27).

Desse modo com a constituição dessa lei tornou-se mais efetiva a garantia dos direitos de forma plena, principalmente assegurando que essas pessoas possuem acesso à educação, garantindo melhoria no desenvolvimento educacional. Dessa forma, a construção de direitos para a garantia da Educação Especial no Brasil foi de suma importância para obter o cenário atual das escolas públicas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O presente trabalho tem como objetivo investigar práticas inclusivas que favorecem a inclusão de estudantes com TEA, desenvolvidas em escola pública do município de Pocinhos-PB na Perspectiva da Educação Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba. Buscará também identificar as dificuldades em assimilação de conteúdo de estudantes surdas, e as metodologias aplicadas por docentes do referido curso que melhor auxiliaram no processo de ensino-aprendizagem das mesmas.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, na pesquisa qualitativa a coleta de dados é concebida de uma maneira muito mais aberta e tem como objetivo um quadro abrangente, possibilitado pela construção do caso que está sendo estudado (Flick, 2013). De acordo com Gil (2019, p.5) “os fenômenos sociais não podem ser quantificados com o mesmo nível de precisão observado nas ciências naturais”, desse modo, a Pesquisa Social, tem a abordagem qualitativa como uma estratégia para solucionar o problema da quantificação. Nessa perspectiva, as pesquisas qualitativas buscam compreender os mais diversos aspectos de um fenômeno, voltando-se para explicações detalhadas de casos mais específicos (Costa et al. 2018). Nessa perspectiva a pesquisa escolhida obteve o intuito de se obter dados de forma clara e objetiva, buscando compreender e alcançar os objetivos propostos da pesquisa em questão, coletando os dados para a construção do caso em estudo, visando a análise dos dados e extração dos resultados.

Além disso a pesquisa acompanhasse os pressupostos do estudo de caso, segundo Yin (2005), o estudo de caso é uma abordagem adequada para investigar o “como” e o “porquê” de eventos contemporâneos, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O autor destaca que essa metodologia constitui uma investigação empírica que possibilita o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Gil (2009) discorre, o estudo de caso tem diversos objetivos: (1) explorar situações da vida real com limites indefinidos; (2) manter a unidade do objeto de estudo; (3) descrever o contexto específico em que ocorre a investigação; (4) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e (5) explicar as variáveis causais de fenômenos complexos, nos quais levantamentos e experimentos não são aplicáveis.

Dessa forma o estudo de caso busca compreender de forma clara e explícita a temática do trabalho em questão, evidenciando os principais fatores da investigação da pesquisa. Tendo em vista a contemporaneidade, constantemente são atualizados estudos e definições voltadas à área da educação inclusiva, buscando melhorias e avanços voltados a essas pessoas, principalmente no ambiente escolar. Com ênfase nos estudantes com TEA a abordagem do estudo de caso contribui para compreender o contexto do qual estão inseridos na atualidade, e de que forma o mesmo contribui no processo de inclusão.

### **3.2 Instrumento de pesquisa**

Com procedimentos metodológicos, foi utilizada a entrevista semiestruturada. De acordo com Gil (2010), muitos autores consideram a entrevista como técnica por excelência na investigação social, sendo adotada como método fundamental de investigação nos mais diversos campos, e ainda atribui a ela importância no grande desenvolvimento das pesquisas sociais.

Na entrevista semiestruturada, que se pretende realizar, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador, neste tipo de entrevista há um foco em um objetivo sobre o qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias do momento da entrevista (Manzini, 1991).

### **3.3 Participante de pesquisa**

A pesquisa em questão foi realizada por meio de formulário eletrônico, como forma de preservar a identidade da professora participante da entrevista semiestruturada foi utilizado um nome fictício para a análise das respostas apresentadas. A professora participante é formada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, com pós graduação em Psicopedagogia pela a mesma instituição, atuando a 14 anos no Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas municipais no Município de Pocinhos-PB com ênfase na educação especial e inclusiva.

### **3.4 Análise de dados**

Para a construção da análise dos dados foi realizada uma análise descritiva, a partir da entrevista sem estruturada pode-se analisar as respostas coletadas na entrevista. Desse modo a análise de dados da presente pesquisa será de acordo com a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2009, p. 40) de acordo com o autor a análise é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens

Nessa perspectiva obtendo os dados da pesquisa de forma objetiva, e a descrição dos conteúdos, permitindo a construção do conhecimento. Qualquer análise objetiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos através de operações condizentes os resultados de confiança. (Bardin, 2009, p. 43)

## **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 Formação Profissional**

A professora da qual foi realizada a entrevista semiestruturada possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, e Pós-graduação em Psicopedagogia (UEPB). Com ênfase na Educação Inclusiva, trabalha a 14 anos na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atua em escola municipal da cidade de Pocinhos-PB.

### **4.2 Desafios encontrados na inclusão do estudante com TEA**

A professora aborda que os estudantes com TEA frequentam uma vez por semana, durante 1 hora de atendimento sendo o atendimento individual e coletivo. Falta de recursos adaptados, professores que não tem formação e capacitação na área da Educação Especial e Inclusiva, grandes quantidades de alunos por sala e falta de compreensão, amor, empatia e respeito para com os alunos com deficiências. (Margarida)

É notório que as escolas públicas municipais, necessitam de mais atenção e visibilidade para a Educação Inclusiva e especial, em que apesar de se obter das salas de recursos multifuncionais, ocorre a ausência de recursos adaptados para esses estudantes. A sala de AEE tem como objetivo ajudar os alunos a superar suas dificuldades, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que demandam maior atenção. No entanto, é notório que faltam recursos especializados para atender adequadamente a essas necessidades. Essa problemática afeta diretamente os mesmos. Em que esses estudantes possuem necessidades específicas, de acordo com os níveis de suporte, em que o processo de desenvolvimento desses estudantes requer adaptações necessárias. De maneira que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um direito que se deve ser cumprido.

De acordo com Rodrigues (2018) O AEE foi designado com a finalidade de acatar as necessidades de pessoas necessidades especiais de aprendizado, sendo uma forma de apoio a sala de aula, na qual, o aluno poderá ter acesso a apoio especializado. Apesar disso, torna-se evidente que esse apoio necessita de um olhar específico para que melhorias sejam implementadas, ainda há uma grande necessidade de recursos adicionais para atender plenamente às demandas dos alunos. Torna-se necessário o favorecimento de ambientes acessíveis e com acessibilidade que possibilitem o pleno desenvolvimento dessa população no processo de escolarização” (Correâ; Rordrigues, 2016, p. 89).

O AEE possui uma grande demanda de alunos com TEA, em que de acordo com a professora participante esse atendimento pode ocorrer de forma individual e coletiva. Esse atendimento de forma coletiva pode contribuir para a socialização dos estudantes que apresentam dificuldades nesse quesito. Orro (2013, p. 1708) et al Santos (2020) define que é importante destacar que as relações sociais promovem transformações no desenvolvimento. Logo, o educando com autismo, apoiado nas relações sociais com os demais colegas, poderá desenvolver diferentes possibilidades de aprendizagem. Com isso, é necessário a compreensão das necessidades desses estudantes reconhecendo que as dificuldades do aluno apresentadas nesse processo, mas buscando superá-las, para com isso promover essa inclusão.

De acordo com Cândido (2015) o AEE a alunos com TEA que não realizam trocas comunicativas, através da linguagem oral, pode ser inseridos recursos tecnológicos destinados a apoiar estes sujeitos. Entretanto as escolas não possuem tantos recursos tecnológicos, que possam favorecer no desenvolvimento desses estudantes, em que nesse atendimento realizado pela professora do AEE, pela falta desses recursos dificulta na forma como a mesma desenvolverá sua metodologia para atender as necessidades desses estudantes com TEA.

Além disso, os professores da sala de AEE deveriam ter formação específica, pois trabalham com um público-alvo que possui diferentes necessidades e especificidades. No entanto, nem todos possuem essa qualificação, principalmente porque muitos municípios não oferecem esse tipo de formação. Isso evidencia a falta de visibilidade que a educação especial inclusiva ainda precisa conquistar. Ainda há muitos obstáculos a serem superados para que a inclusão de estudantes, especialmente aqueles com transtorno do espectro autista, aconteça de forma efetiva.

Outro aspecto que é fundamental destacar, consiste em como é visto a relação entre a sala regular e de recursos multifuncionais. Compreende-se que a sala que possui o atendimento educacional especializado, deve ser vista como um apoio para a aprendizagem adquirida pelo o estudante, não ocorrendo a separação como uma forma de excluir, mas como uma forma de melhorar o processo de ensino aprendizagem.

### **4.3 Atividades pedagógicas e cenário de pesquisa**

Atividades da vida autônomas (AVD`S), coordenação motora fina e global, jogos interativos e tabuleiros, atividades individuais e em grupos para promover a socialização e recursos para desenvolver os conteúdos temáticos (Margarida).

É de suma importância a adaptação de atividades voltadas aos estudantes com TEA, em que de acordo com os níveis de suporte os mesmos possuem necessidades especiais. Primeiramente as atividades da vida autônoma é uma forma de construir a autonomia desses estudantes, que em grande parte são limitados de construir uma certa forma de independência, partindo de seu ambiente familiar que não permite que a pessoa com deficiência, não apenas as pessoas com TEA, mas demais deficiências físicas e cognitivas.

Desenvolvimento de vida autônoma: Consiste no desenvolvimento de, realizadas ou não com o apoio de recursos de tecnologia assistiva (TA), visando o aproveitamento, pelos alunos, de todos os bens sociais, culturais, recreativos, esportivos, entre outros, e de todos os serviços e espaços disponíveis no ambiente escolar, com autonomia, independência e segurança. (Brasil, 2023)

Portanto, essas atividades permitem a esses estudantes que usufruam dos espaços escolares, sendo esses que proporcione essa autonomia, independência e segurança. Com ênfase nas atividades esportivas e recreativas sendo algo que auxilie no desenvolvimento de coordenação motora ampla, na saúde, no contato com ambientes livres, definindo-se como uma forma terapêutica de trabalhar diversos aspectos enfrentados por as pessoas com deficiência. Além dessas atividades é primordial possibilitar a atividade em grupos para promover a socialização e interação entre ambos.

A cultura de pares é fundamental para a criança, pois lhe permite apropriar, reinventar e reproduzir o mundo que a rodeia. Entretanto o desenvolvimento social de algumas crianças já se encontra com risco desde os primeiros anos de vida, sendo o autismo o protótipo desses casos. (Camargo; Bosa, 2009, p. 67)

É notório que desde a infância algumas crianças já apresentam dificuldades no desenvolvimento social, associadas ao TEA. Mas que estando inseridas em um ambiente que possua acesso a esse meio social, e a convivência com outras crianças pode contribuir para seu desenvolvimento. No contexto da Educação Inclusiva, atividades em grupos ou pares podem oferecer oportunidades valiosas para essas crianças, que muitas vezes ficam isoladas em casa. Muitos familiares, sem orientação sobre como lidar com elas, acabam não incentivando sua comunicação e expressão, dificultando sua inclusão social e o tratamento igualitário em relação às outras crianças. Dessa forma proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo (Camargo; Bosa, 2009, p. 68).

Além disso, é importante enfatizar o cenário do qual a professora Margarida aborda, sendo escola pública municipal em que consistem umas grandes demandas de alunos, com TEA, deficiência intelectual, deficiência física e altas habilidades. Para desenvolver essas atividades é necessário a presença de recursos adequados e disponíveis para suprir as necessidades desses estudantes. A metodologia trabalhada por Margarida corrobora para o desenvolvimento de vários aspectos, apresentando as temáticas associadas e buscando meios para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Pensar numa proposta curricular vai além dos conteúdos. Ou são conteúdos mais importantes que o processo educativo? Ao educador faz-se necessário observar real necessidade do aprendente autista e como esse currículo vai ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo. (Chaves; Abreu, 2014, p. 6)

Dessa forma que para a aplicação de uma proposta curricular deve-se pensar e refletir além dos conteúdos que serão abordados. Em relação ao aluno com TEA, deve-se observar quais as suas necessidades e como ajudá-lo no seu desenvolvimento. Considerando seus conhecimentos prévios, bem como a forma pela qual a professora lida com esses conteúdos influência nesse processo de aprendizagem. Por fim, torna-se evidente que a professora Margarida possui um olhar diferenciado para trabalhar com pessoas com deficiências, buscando trabalhar os volteios temáticos por meio de diversos recursos metodológicos.

#### **4.4 Estratégias usadas no AEE**

Ambiente adaptado, utilização de pranchas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), ensinar habilidades sociais, envolver a família, respeitar o tempo de aprendizagem do aluno com deficiência, estabelecer uma rotina, evitar palavras com duplo sentido e outros (Margarida).

De acordo com Nunes (2003) e Gene (1997) a Comunicação Alternativa Ampliada (CAA) é uma subárea da Tecnologia Assistiva e envolve o uso de sistemas e recursos alternativos, que fornece as pessoas que não possuem fala funcional possibilidades para se comunicar. Tais mecanismos são elaborados através de sinais ou símbolos pictográficos, ideográficos e arbitrários, a fim de substituir ou suplementar a fala humana com outras formas de comunicação. É notório que esse recurso

tecnológico é um meio bastante eficaz para se trabalhar a comunicação, tendo em vista as dificuldades apresentadas na fala por determinadas pessoas com deficiências, uma metodologia que permite que o professor da sala de recursos obtenha de uma comunicação e interação, contribuindo para uma adequação do atendimento.

Além disso, o uso do CAA é essencial para as pessoas com TEA, em que apresentam dificuldades de comunicação, bem como em casos de atraso da fala verbal, não conseguindo expressar seus desejos e necessidades dificultando na convivência, primordialmente na sala regular com as demais crianças que não possuem deficiência.

O uso da Comunicação Alternativa e Ampliada para estabelecer a comunicação de pessoas com TEA com ausência e ou dificuldades na fala têm mostrado resultados positivos, com histórico de sucesso no seu uso, na medida em que as pesquisas vêm apresentando resultados positivos com significativa melhora no desenvolvimento da comunicação e da linguagem. No entanto ainda há uma baixa produção científica em relação a estudos envolvendo comunicação alternativa e autismo (Tamanaha, 2011; Walter, 2009; Nunes; Azevedo; Schimidt, 2013)

Dessa forma o uso dessa comunicação demonstra resultados positivos, entretanto é recorrente uma baixa produção científica em relação a estudos voltados a essa forma de comunicação com ênfase no autismo. Tornando-se evidente a necessidade e priorização em estudos nessa área. Sendo uma das formas de grande eficácia. Walter (2009) enfatiza que no caso das pessoas com TEA, essas formas alternativas para a fala, são de suma importância, na medida que possa ser um canal de comunicação em comum, favorecendo para a diminuição de muitos distúrbios de condutas decorrentes das dificuldades comunicativas, substituindo por comunicação clara, eficaz e adequado.

Além disso, como enfatizado pela professora Margarida da importância de envolver a família, que muitas vezes não possuem interesse na evolução de seus filhos. Bem como, respeitar o tempo de aprendizagem do aluno, pois os mesmos tem um processo de aprendizagem diferentes dos demais, e prevalecendo uma rotina bem definida, pois quando se não tem uma rotina bem definida pode ocorrer desregulação atrapalhando no dia-a-dia dessas pessoas.

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes. (Veltrone; Mendes, 2007, p. 2)

Em suma, o processo de inclusão é um caminho bastante longo a ser percorrido, em que as escolas possuem um principal papel nesse percurso, por meio de propostas inclusivas. Compreendendo que os alunos possuem dificuldades e diferentes ritmos de aprendizagem, primordialmente deve-se obter de currículos apropriados, buscando recursos e estratégias. Portanto, compreendendo o que é necessário para a inclusão, é o primeiro passo para a realização da mesma,

especialmente com alunos com TEA que necessitam de apoio e compreensão escolar.

## **5 CONCLUSÃO**

O presente trabalho teve como objetivo principal investigar a política de educação especial na perspectiva inclusiva com estudantes com TEA matriculados no ensino fundamental em escolas públicas no município de Pocinhos-PB. Os resultados obtidos demonstraram que se possuem salas de recursos multifuncionais voltadas ao Atendimento Educacional Especializado com o desenvolvimento de atividades que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem. A partir dos estudos realizados tornou-se evidente a importância da educação inclusiva nesse processo, sendo este um grande percurso a ser percorrido, que apesar dos avanços alcançando ainda não se pode falar de inclusão de maneira plena, mas algo que está em um processo de concretização.

Diversos aspectos são essenciais para esse processo de inclusão, não se pode depositar essa responsabilidade apenas para o AEE, mas é uma parceria entre a sala regular e a de recursos multifuncionais. Sendo notório que uma problemática apresentada consiste em visualizar a sala de AEE como uma forma de separação dos alunos com deficiência para as demais que não possuem comorbidade. As mesmas devem andar lado a lado, sendo assim o AEE consiste em um apoio escolar para os estudantes que possuem necessidades especiais.

Nessa perspectiva torna-se evidente que promover a inclusão consiste na construção de um currículo, de uma metodologia que promova a autonomia e desenvolvimento de suas competências, por meio de atividades em seu cotidiano, buscando permitir que esse estudante evolua em diversos aspectos, com isso, é necessário que as escolas disponibilizem recursos necessários como a Comunicação Alternativa Ampliada (CAA). Através disso, do interesse da escola e professores para que esses alunos superem suas dificuldades, a escola se teoria verdadeiramente inclusiva. Dessa forma contribuindo significativamente para a área de Educação Inclusiva.

Os dados coletados revelam que é necessária uma estruturação do AEE, que por meio disso e da presença de profissionais qualificados, podem oferecer aos estudantes com TEA um suporte pedagógico especializado. Como também é essencial a parceria entre professores da sala regular e do AEE.

Esse trabalho busca contribuir de forma significativa para estudos futuros, em que os mesmos podem realizarem pesquisas voltadas às principais formas de como a escola pode contribuir para a inclusão dos alunos, sugerindo que estudos futuros aprofundam sobre essa temática, com ênfase em demais municípios contribuindo para uma análise das escolas públicas, e esse processo de inclusão associadas as mesmas e ao trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais. Edemas é importante reconhecer que a pesquisa teve algumas limitações como o reconhecimento de profissionais qualificados para trabalhar na Educação Inclusiva.

Assim, conclui-se que este estudo corrobora e representa um passo relevante para a compreensão do processo de inclusão de estudantes com TEA, trazendo contribuições importantes para a Educação Inclusiva e especial.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR ALMEIDA, Beatriz. ODAPP, Porto Alegre, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Editora Gráfica, São Paulo: Edições 70, 2009.

BATTISTI, Marciel; HECK, Jaqueline. **A inclusão escolar de crianças com autismo: desafios e perspectivas**. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024

BOSA, C. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, C. R; BOSA, C. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenções**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar: educação especial. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/quais-sao-as-atividades-do>. Acesso em: 05 out. 2024

CARVALHO, Rosana Gilat; ALMEIDA, Maria Aparecida. A atividade docente em sala de recursos multifuncionais. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2017. Disponível em: [https://www.nepedeees.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/Atividade\\_docente\\_em\\_Sala\\_de\\_Recursos\\_Mu.pdf](https://www.nepedeees.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/Atividade_docente_em_Sala_de_Recursos_Mu.pdf). Acesso em: 30 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. 2. reimpor. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. il.

GONÇALVES, Gerson Antônio; GUIMARÃES, Lourdes Aparecida Monteiro. A inclusão escolar e o papel dos professores na Educação Especial. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/tZTpdK6vY9sNgZvSwkvzcn/>. Acesso em: 22 out. 2024.

NASCIMENTO, Viviane. Jus Brasil, 2020.

KRAEMER, Graciele Mariana. **A Educação das pessoas com deficiência no Brasil**. Editora UFRGS, 1º Edição, Porto Alegre, 2020.

UCHIMURA, Mayana Hikari. EGG, Fernanda Marinho Gonçalves. JÚNIOR PAULA, Eugênio Pereira. **Inclusão de crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA) no contexto Religiosos**. The Especialista, volume 42, número 1, 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, 7oed (p.248), 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, 6oed, 2010. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

SANTOS, Michele Aparecida dos. **Entrevista semiestruturada: um estudo na UNESP Marília**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod\\_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf). Acesso em: 25 out. 2024.

MANZINI, Eduardo J. **A ENTREVISTA NA PESQUISA SOCIAL. DIDÁTICA**, São Paulo, v. 28/27 (p.149-158), 1990/1991. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entrevista\\_na\\_pesquisa\\_social.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entrevista_na_pesquisa_social.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.

MAS, Natalia Andrade. **Transtorno do espectro autista: História da construção de um diagnóstico**. 2018. 103 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universia- Dade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponi-vei/47/47133/tde-26102018-191739/e.f>. Acesso em: 20 set. 2024

NEPED/EEES. **Atividade docente em Sala de Recursos Multifuncional 2024**. Disponível em: [https://www.nepedeees.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/Atividade\\_docente\\_em\\_Sala\\_de\\_Recursos\\_Mu.pdf](https://www.nepedeees.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/Atividade_docente_em_Sala_de_Recursos_Mu.pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, Tatiane Santos. **A importância da comunicação alternativa na educação de crianças com deficiências**. Revista Formação & Transformação, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-da-comunicacao-alternativa-na-educacao-de-criancas-com-deficiencias/>. Acesso em: 12 out. 2024.

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep**. Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 24 set. 2024.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

#### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Identificação:
2. Nível de escolaridade:
3. Qual sua Graduação? Possui Pós-graduação? Se sim área?

4. Quanto tempo você trabalha com alunos com deficiência?
5. Na sua escola possui sala de recurso multifuncional?
6. Caso a resposta anterior seja afirmativa responda à questão: O estudante com TEA frequenta a sala de recurso multifuncional? Se sim, com qual frequência dias da semana e turno).
7. Você encontra dificuldades de trabalhar com as crianças com estudantes com TEA na escola regular? Justifique.
8. Quais atividades pedagógicas a escola vem adotando para favorecer a inclusão escolar do aluno com TEA?
9. Quais são as estratégias que você utiliza para incentivar a aprendizagem do estudante com TEA?
10. Quais recomendações você daria para melhorar o processo de inclusão dos alunos com TEA?

### **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, por ter me fortalecido nos momentos de angústia, e me capacitando durante essa jornada, por ter me feito viver os momentos mais intensos da minha vida, por não deixar que eu desistisse e permitido que eu alcançasse esse sonho.

Aos meus pais, Josilene e Paulo por apoiar esse sonho, em especial a minha mãe por acreditar que tudo isso seria possível, por ter sido minha fortaleza nos momentos que eu pensei em desistir, e principalmente por todo o apoio em todo o percurso dessa jornada.

A minha irmã Lorrany, que me deu colo e abrigo e tornou meus dias mais leves, sendo umas das minhas motivações para a concretização desse sonho.

Ao meu esposo Caio, por apoiar meus sonhos e objetivos, e ter tido paciência nesse processo difícil, quando precisei está ausente.

As minhas amigas Maria Gabrielle, Gabrielly e Camila com quem dividi os melhores momentos e piores nesse percurso.

A minha amiga Bruna, com quem dividir a rotina e o fardo diário os momentos de cansaço físico e mental, os problemas do trabalho e a dificuldade de conciliar com os estudos.

Ao meu orientador, Eduardo Gomes Onofre por toda a compreensão e paciência, e pelos conhecimentos compartilhados durante o processo da concretização desse trabalho.